

O ECUMENISMO DA IGREJA BATISTA NAZARETH: UM CAMINHO PARA A BAHIA DE TODOS OS SANTOS.

DE 1974 A 1980.¹

Diogo Seixas Petersen²

Novos ventos da rua à igreja

Apesar da crescente produção acadêmica sobre o período da Ditadura Militar no Brasil, tal período ainda comporta uma série de lacunas que precisam ser revistas e descobertas. Dificilmente poderemos avançar nos quesitos relacionados à cidadania, direitos humanos e até mesmo responsabilidades do Estado se não lermos atentamente as páginas dessa história. Na apresentação do livro *Ditadura Militar na Bahia* (Zachariadhes, 2009, p. 9), Emiliano José afirma “[...] que ainda resta um longo caminho a percorrer para que compreendamos o que foram os 21 anos de domínio militar sobre o país.”

O golpe civil-militar vem em resposta da efervescência político-social existente no Brasil. A partir de 1950 diversos segmentos da sociedade brasileira, como trabalhadores urbanos, rurais, sindicatos e estudantes, começam a questionar de forma cada vez mais intensa as desigualdades socioeconômicas do país, buscavam a implementação das Reformas de Base, em especial a Reforma Agrária, no governo de João Goulart (Almeida, 2011, p.2). Em contra resposta os setores conservadores, representados em sua maioria por grupos da sociedade ligados ao empresariado e a classe média alta, temiam tais mudanças lançando assim uma campanha antigoulart se apropriando de discursos religiosos e associando o então Presidente ao comunismo. (Santana, 2009, p. 20)

O palco estava armado com os personagens da trama colocados em seus respectivos lugares: os esquerdistas, comunistas e os que buscavam transformações sociais, todos colocados em um mesmo grupo – comunistas ateus; enquanto que os conservadores estariam a representar a democracia defendendo a pátria, a religião e a família. Desta forma, uma parcela da sociedade, em grande medida a classe média, legitimou as ações das Forças Armadas justificando o golpe enquanto resposta a um apelo popular. A Marcha da Família é um exemplo desse apoio da sociedade tanto antes do golpe de 64 como depois. (Santana, 2009, p. 19). Mas o que deveria ser outra intervenção pontual das Forças

Armadas na História brasileira onde o poder deveria ser reentregue aos civis se tornou algo muito particular, pois uma vez que os militares intervieram no poder em 1964, nele permaneceram (Borges, 2003, Vol. 4).

No cenário religioso os protestantes mantinham a imagem de um posicionamento de não interferência nas questões políticas desde que suas ideias e princípios não fossem ameaçados de algum modo. Na verdade o princípio tão tradicional de não participação política não passava de um argumento retórico (Silva, 2009, p. 31), pois desde a década de 1940 os evangélicos ofereciam a obediência e o respeito às autoridades constituídas e recebiam em troca apoio e manutenção das liberdades de consciência e religiosa. Entretanto a partir de 1950, novas linhas teológicas haviam sido inseridas na ambiência protestante, como a teoria do Evangelho Social, associando-se a isso “uma nova geração de jovens reformados começava a se inquietar com a realidade brasileira, de forma sistemática e organizada” (Silva, 2010, p. 20,66).

Essa inquietação possibilitou a formação de alguns grupos de proposta progressista e ecumênica como a Confederação Evangélica do Brasil que era associado ao Conselho Mundial das Igrejas (Organização internacional de caráter ecumênico). Diversos encontros foram organizados para repensar a atuação da Igreja na esfera social. Nesse contexto a ideia de salvação tinha sido ampliada, “O evangelho era para o homem total” (Silva, 2010, p. 171), passando então a ter não só um enfoque espiritual, mas também de libertação social. Para esse grupo a revolução social era inevitável e as igrejas deveriam se posicionar a favor das transformações. Entre os encontros organizados a quarta reunião de estudos foi a mais representativa para o setor, realizada no Recife, conhecida como Conferência do Nordeste, (Almeida, 2011, p. 105) nela buscou convergir vertentes progressistas do protestantismo brasileiro com grupos progressistas políticos e sociais do país no ano de 1962. (Ferreira, 2010, p. 2)

Entretanto a Conferência do Nordeste foi um marco não só para os progressistas e ecumênicos, como também para os conservadores.

[...] um marco no acirramento das divergências e dissensões no seio do próprio mundo evangélico [...] Diante da agressividade dessa ala renovadora, o protestantismo conservador resolveu dizer um basta. Identificou-se com o conservantismo político; condenou os renovadores como modernistas, mundanos e comunistas; postulou que a Igreja nada tem a ver com a situação social [...] (Ferreira, 2010, p. 3).

Desta forma ficou claro que os conflitos nos meios evangélicos se tornariam, em grande medida, uma extensão dos conflitos sociais do país. A juventude protestante da época que estava a formar esse setor ecumênico e progressista queria acompanhar e participar dessa efervescência cultural e política do Brasil. Olhavam “[...] a realidade brasileira com um olhar crítico e via nos instrumentos políticos possibilidades de mudanças” (Silva, 2010, p. 98,99). Contrapunham-se dois modelos de projetos: mudança/transformação versus conservação/reação (Ferreira, 2010, p. 1).

Contudo, o golpe civil-militar de 1964 serviu como um entrave para a continuidade dos trabalhos ecumênicos e progressistas. As conferências, como a do Nordeste de 1962 foram proibidas, os conservadores passaram a ser maioria nas instituições tendo uma postura antiecumênica além da instauração do clima de “caça às bruxas” perseguindo aos progressistas e ecumênicos dentro das igrejas como se fossem comunistas (Almeida, 2011, p. 108).

O ecumenismo tem em sua origem uma proposta de aproximação entre os cristãos para a ampliação da obra missionária, porém “o ecumenismo no Brasil passou de um esforço de colaboração entre as igrejas para ser um agente histórico de transformação política e social no país.” (Lima, 2006, p. 4). Para tal, defendeu-se uma nova forma de ler a bíblia onde os conceitos das ciências humanas passaram a ser utilizados para entender o texto bíblico.³

Em grande medida a organização das igrejas evangélicas, aqui me refiro em especial à igreja batista, manteve a postura de recusa a participar desse movimento ecumênico buscando reafirmar os seus princípios denominacionais como verdade bíblica a ser seguida (Silva, 2010, p. 59). Com relação a sua postura política o discurso dissimulado de não participação não cabia mais com a conjuntura do país. Os líderes batistas perceberam a possibilidade de sua ascensão em um país de esmagadora maioria católica (Ferreira, 2010, p.6). A barganha e o clientelismo político foram as principais moedas de troca entre os batistas e os militares (Silva, 2009, p. 31).

As lideranças evangélicas estavam satisfeitas com os conchavos e alianças com o governo militar [...] No entanto, tal posição não foi unânime entre os irmãos protestantes. Um segmento minoritário fez severas críticas à ditadura militar, o que levaria alguns jovens a sofrerem represálias e prisões. (Silva, 2009, p.44).

Fé e ação da Igreja Batista Nazareth

No dia 19 de Setembro de 1974, 17 jovens do grupo da Mocidade da Igreja Batista Dois de Julho entregaram um Manifesto escrito por eles para a direção da igreja criticando a postura do seu Pastor, Ebenézer Cavalcanti. Entre as posturas criticáveis está a acusação de comunistas e perniciosos feita pelo referido pastor a membros da igreja. O manifesto informa da ocorrência de inúmeras outras acusações sendo agravadas no mês de abril de 1974, quando a Igreja proibiu a participação de visitantes às reuniões da Mocidade, vetou toda e qualquer circulação de material impresso por esses jovens, necessidade da aprovação da Igreja (Pastor e Diretoria) para a realização das atividades do grupo, veto da divulgação em órgãos da imprensa de seus projetos, além da retirada do irmão Agostinho J. Muniz Filho do rol de membros da igreja, acrescentado da ameaça a outros jovens de serem afastados de igual forma.⁴

Em resposta ao Manifesto a Diretoria da Igreja Batista Dois de Julho afirma ter chegado “[...] o tempo de se dizer: B A S T A” a esse “grupinho”, fazendo-lhes o convite a saírem da Igreja e critica o uso “do nome de Cristo como bandeira para alcançar seus ideais, que não são os da Igreja”⁵

Após uma reunião no dia 10 de outubro de 1974, em que a União de Mocidade teve a sua fala cerceada, cerca de 27 membros pediram a Carta de Transferência mesmo sem ter em vista uma outra congregação (Almeida, 2011, p. 152). Ao informar o ocorrido buscando aconselhamento pastoral ao Presidente da Convenção Batista Baiana, Pr. Djalma Torres, Miriam G. Pinillos relatou que “nós, jovens Batistas, membros da Igreja Batista Dois de Julho, fomos forçados a requerer nossas cartas demissórias.”⁶

Não mais suportando os demandes de seu antigo Pastor, Ebenézer Cavalcanti, esses jovens buscavam agora um espaço que estivesse em sintonia com suas ideias. Esses homens e mulheres em momento algum negaram a sua crença nos princípios Batistas, continuariam com uma Igreja de base neotestamentária, em consonância com essa fé⁷, concordando com a plena autonomia das igrejas locais, repudiando qualquer ingerência na sua economia interna (Gomes, 1970, p. 33).

Sob a orientação do Pastor Djalma Torres, no momento Presidente da Convenção Batista Baiana, e com o apoio de diferentes grupos como a Igreja Batista Morιά e o Colégio Dois de Julho (instituição de caráter ecumênico e ligada a

Igreja Presbiteriana) no dia 14 de fevereiro de 1975 ocorreu a cerimônia de organização da Igreja Batista Nazareth.⁸

O Espírito do Senhor está sobre mim, pelo que me ungiu para evangelizar os pobres; enviou-me para proclamar libertação aos cativos e restauração da vista aos cegos, para pôr em liberdade os oprimidos, e apregoar o ano aceitável do Senhor. Lucas 4:18 – 19.⁹

Esse passou a ser o texto básico da filosofia de Nazareth. Para o grupo, a Igreja tem como missão a atuação profética no mundo, cabendo a ela o combate a injustiça, denunciando a corrupção, desequilíbrio do sistema social e o autoritarismo religioso, acreditava que o mundo da Igreja e o mundo dos homens coexistem num mesmo espaço interferindo-se mutuamente. Definiu que para exercer a consciência cristã era fundamental a liberdade plena.¹⁰

Grande parte da liderança batista afirmava que o empenho pela unidade que os ecumênicos buscavam poderia ser considerado infidelidade à Bíblia e traição ao cristianismo histórico (Cavalcanti, 1970, p. 20). Em um Congresso de Pastores Batistas no ano de 1969, Ebenézer Cavalcanti alerta sobre o ecumenismo: “O movimento ecumênico em que se envolvem católicos e protestantes, inclusive alguns grupos batistas infiéis, soa com somido estranho para nós, os batistas fundamentalistas [...]” e afirma que sempre que necessário estariam “[...] a campo para a sustentação da verdade do evangelho, sem quaisquer respeitos humanos.” Portanto, “[...] os batistas brasileiros, através de seu órgão máximo de representação, desaprova, o movimento ecumênico de unidade orgânica das igrejas cristãs e suas atividades correlatas.” (Cavalcanti, 1970, pp. 36, 36 e 42).

Embora a Convenção Batista Brasileira (CBB) não fosse uma organização fundamentalista, aqui percebemos o quão influente esse grupo conservador era. Entretanto, apesar da postura de distanciamento frente ao ecumenismo por grande parte das Igrejas Batistas, Nazareth decide-se por uma abertura ecumênica buscando um enriquecimento na vida da comunidade.¹¹ Acreditava que aqueles que são contrários ao ecumenismo têm uma visão distorcida¹² ao crer que “O movimento ecumênico de unidade cristã tem por objetivo final o retorno dos protestantes, ortodoxos e outros grupos ao seio da Igreja Católica Romana, sob o governo do papado.” (Cavalcanti, 1970, p.43).

Nazareth buscava com o ecumenismo encontrar a compreensão, respeito e a cooperação entre as diversas igrejas. Para isso iniciou um programa de cooperação

ecumênica, primeiramente com outras igrejas evangélicas e em seguida com os segmentos mais progressistas da Igreja Católica. Essa “abertura ecumênica transformou Nazareth numa igreja compreensiva, acolhedora e fraterna, referência no Estado e fora dele.”¹³ Entretanto, por defender essa proposta, Nazareth será excluída da Convenção Batista Baiana em 1988.¹⁴

Uma questão muito criticada pela Igreja Batista Nazareth é a manifestação de apoio de líderes evangélicos ao governo militar além do ataque à Igreja Católica.

“Os pastores batistas sempre se calam politicamente e saem do seu mutismo para falar em nome da denominação respaldando atos injustos praticados pelo governo... a obediência civil às leis do país não se confunde com comprometimento com erros, injustiças e opressões. Ao contrário, para agir profeticamente é preciso que ela seja corajosa e denuncie aos próprios governantes as falhas cometidas a exemplo de Isaías, Amós, João Batista, Cristo e outros profetas.”¹⁵

Nazareth ainda aponta para o pecado da omissão diante de problemas tão agravantes em nossa sociedade como a Dívida Externa, Direitos Humanos, desemprego e subemprego, inflação, reforma agrária, violência, homossexualismo, drogas, preconceitos etc.¹⁶

Nos estudos da Escola Dominical Nazareth utilizava o material de estudo elaborado por ela mesma, diferente da maioria das igrejas batistas que utilizavam o material de estudo sugerido pela Convenção Batista. Isso permitia a Nazareth levar questões sociais e políticas para os grupos de estudos nas classes bíblicas. A reformulação no setor de Educação Cristã foi muito significativa ao adotar o estudo de temas pertinentes ao contexto da época, ancorados na Bíblia e referências bibliográficas mais amplas. Essas reflexões eram socializadas aos interessados, mas nem sempre se alcançava o espaço dentro da Convenção Batista, como o que aconteceu com o resultado das reflexões sobre a Seca.¹⁷

Uma conclusão que chama a atenção para a época, levando em consideração a postura da maioria dos grupos religiosos cristãos, é o posicionamento de Nazareth sobre o divórcio. No Brasil, apenas em 1977 é eliminado o caráter indissolúvel do casamento¹⁸, enquanto que já em 1975, Nazareth mostrava a público sua aceitação plena ao divórcio quando no casamento não exista mais o vínculo indissolúvel, o amor: “Entendemos que não é lícito alguém prender-se irremediavelmente por acordo, a outra pessoa, quando sempre existe possibilidade de erro e falha no relacionamento humano.”¹⁹

A Igreja ainda destaca que o divórcio não é a solução para qualquer crise do casamento, mas entende que a grande parte da sociedade brasileira se encontra despreparada para o mesmo, apontando como fatores a esse despreparo a falta de uma educação sexual para todos os brasileiros, além das dificuldades econômicas. A Igreja teria o papel de contribuir para uma melhor educação e preparo para o casamento, entretanto, é ao Estado que cabe a maior parcela dessa responsabilidade, além de permitir que o legislador relacione o divórcio com o contexto social possibilitando o acesso de todas as classes.²⁰

Para desenvolver as ações sociais de forma mais específicas e prática cria-se em Nazareth o Centro de Pesquisa, Ação Social e Teológicas (CEPTAS). Embora inicialmente tenha sido confundido como um órgão de caráter assistencialista por buscar atender às necessidades básicas, questões materiais, ajuda financeira e médica – hospitalar.²¹ O CEPTAS se propõe também a inclusão do homem em todos os seus aspectos. Acreditava que amar aos pobres não é atirar esmolas e sim lutar pela transformação da sociedade que gera a pobreza.²²

Nazareth nunca abriu mão do direito de ser considerada uma Igreja Batista embora possuísse características que a diferenciava da maioria delas. Seu egresso ao Rol Cooperativo da Convenção Batista Baiana, órgão representativo e deliberativo das Igrejas filiadas, se deu em julho de 1976, após um ano de formação, embora o pedido tenha sido feito ainda em maio de 1975²³.

Nazareth sempre manteve seu posicionamento “profético” de denuncia e combate à injustiça, ainda que isso viesse a ser manifestado dentro de instituições ligadas a ela. Um grande exemplo disso foi a carta enviada a Conferência dos Bispos do Brasil e ao Presidente da Convenção Batista Baiana (CBBa) criticando o pronunciamento feito por alguns líderes evangélicos em apoio ao Governo Figueiredo e ao ataque a Igreja Católica. Afirma que os assinantes batistas do referido telegrama só podiam falar pelos próprios nomes e não pelos Batistas em geral. “Cada igreja é autônoma e independente tendo como princípios básicos os ensinamentos cristãos.”²⁴

“Cristo em nenhum momento ordenou a obediência cega nem a subserviência às autoridades, antes agiu profeticamente em relação a elas e por elas foi levado a crucificação”²⁵ Nazareth afirmou à CBBa que precisavam externar “que a obediência civil

às leis do país não se confunde com comprometimento com erros, injustiças e opressões.” Por isso estavam agora colocando a público a sua desaprovação diante do telegrama ao Presidente Figueiredo, que não representa a opinião de todas as Igrejas Batistas, apontando também a falta de oportunidade prévia de se manifestar a respeito.²⁶ Em nota o jornal A Tarde divulga a insatisfação de diversos segmentos evangélicos da Bahia que criticaram o referido telegrama.²⁷

Uma ferramenta muito utilizada pela Igreja Batista Nazareth é a música, que passa a cumprir não só o seu papel litúrgico, mas também assume o seu papel ideológico, pois, além de cantar sobre suas crenças e esperanças futuras, em Nazareth, o louvor possui a função de denunciar a injustiça e criticar a sociedade. Desde seu início Nazareth vem discutindo essa questão e junto a isso tem elaborado uma coletânea própria.²⁸

Nessa coletânea, que vem sendo atualizada com certa frequência, Nazareth selecionou alguns hinos do Cantor Cristão (Coletânea tradicional comumente utilizada nos serviços de cânticos nas Igrejas Batistas.) excluindo aqueles tidos como produtos europeus ou norte-americanos alienados da realidade brasileira.²⁹ Esses hinos são “submetidos a uma seleção, orientada segundo o ideal de Igreja dos nazarenos.”³⁰, a esses louvores acrescentou-se cânticos de diversas denominações, inclusive católicas, além de músicas regionalistas e música popular brasileira como “O que é, o que é” de Gonzaguinha; “Maria, Maria.” e “Cio da Terra” de Milton Nascimento³¹

Citarei aqui alguns trechos de cânticos para exemplificar a relação existente entre a música e o ideal de Igreja para Nazareth.

Somos gente nova vivendo a união

Somos povo semente de uma nova nação. Ê hê...

Vou convidar meus irmãos trabalhadores, operários, lavradores, biscateiros e outros mais

E juntos vamos celebrar a confiança, nossa luta na esperança de ter terra pão e paz.

Vou convidar os índios que ainda existem, as tribos que ainda insistem no direito de viver...

Convido os negros, irmãos no sangue e na sina, seu gingado nos ensina a dança da redenção...

Vou convidar Oneide, Rosa, Ana Maria, a mulher que noite e dia luta e faz nascer o amor...

E os marginalizados, venham todos juntar.

E à nossa marcha para a nova sociedade, quem nos ama de verdade pode vir, tem um lugar.³²

Aqui fica claro a relação e preocupação que a Igreja nutria com questões sociais da época. Trabalhadores do campo e da cidade, índios, negros, mulheres e marginalizados recebem o convite para marchar rumo a uma nova sociedade. No Hino Canção da caminhada.³³ Canta-se que “Não mais seremos a massa, sem vez, sem voz, sem história, mas uma igreja que vai, em esperança solidaria.” Esses conceitos que possuíam um cunho de transformação na sociedade foi apontado pelos fundamentalistas como um comunismo disfarçado (cor de rosa), entretanto, mesmo que grande parte dos progressistas batistas nunca fizeram parte do partido comunista, foram tratados como tal. (Almeida, 2011, p. 139).

O espaço religioso, enfim, reproduziu de forma muito clara o clima geral da sociedade brasileira (Ferreira, 2010, p. 1). A igreja Batista Nazareth é a representação de um momento vivido no Brasil. Nesse momento os problemas sociais, que por muito tempo não receberam a atenção de grande parte das igrejas, passam a ter um maior significado para alguns grupos religiosos, não apenas de forma assistencialista, mas agora eles apontavam para a origem do problema e buscavam combatê-los. Esses jovens, homens e mulheres, que formaram o setor ecumênico e progressista (Silva, 2010, p. 99) estavam ansiosos por uma nova sociedade e estavam dispostos a lutar por tais mudanças.

Eu só peço a Deus,

Que a injustiça não me seja indiferente.

Pois não posso dar a outra face

Se eu já fui machucado brutalmente.³⁴

Referências Bibliográficas

Almeida, Luciane Silva de. “O comunismo é o ópio do povo”: representações dos batistas sobre o comunismo, o ecumenismo e o governo militar na Bahia (1963 – 1975). Dissertação (Mestrado em História), UEFS, Feira de Santana, 2011.

Borges Nilson. A doutrina de segurança nacional In :ferreira, Jorge e Delgado, Lucilia (orgs.). O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003, vol. IV. In Carla Patrícia Ferreira Surcin; Elizabeth Santos de Souza; Jacqueline Silva de Barros. Representações e discursos sobre a ditadura militar no Brasil. Revista Discente de História – 2011 – Vol. II; Nº2. ISSN:2179-3840. Disponível em: <http://cahistoria.wordpress.com/numeros-anteriores/cahistoria-caderno-academico-de-historia-ano-i-n%C2%BA-1/indice/artigos/representacoes-e-discursos-sobre-a-ditadura-militar-no-brasil/>. Acessado em: acessado em 12 de abril de 2012.

Cavalcanti, Ebénezer Gomes. Os Batistas e o ecumenismo. (Tese apresentada no Segundo Congresso de Ministros Batistas do Brasil – Niterói, 20 a 22 de janeiro de 1969.) 1970, Casa Publicadora Batista, Rio de Janeiro. P.33.

Dias, Agemir de Carvalho. O ecumenismo: Uma ótica protestante. Professor da FEPAR. Este texto foi apresentado no I Simpósio Internacional de Religião, Religiosidades e Cultura, promovido pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

Evolução histórica dos institutos da separação e do divórcio no direito brasileiro e a Emenda Constitucional n.º 66/2010. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.29383>, Acessado em: 15 de abril de 2012.

Ferreira, M. G. Insurgência, conciliação e resistência na trajetória do Protestantismo Ecumênico Brasileiro In: História, Cultura e Poder.1 ed. Feira de Santana/BA : UEFS Editora e EDUFBA, 2. 83-103.

Lima, Alan R. Alexandrino, O cristianismo ocidental no século xx, p 4. Disponível em: http://www.monergismo.com/textos/historia/Cristianismo_Ocidental_XX_Alan.pdf. Acesso em: 27 de maio de 2006.

Ramos, Jovelino Pereira. Protestantismo brasileiro: visão panorâmica. *Paz e Terra*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 6, p. 74-94, abr. 1968. In Ferreira, M. G. Insurgência, conciliação e resistência na trajetória do Protestantismo Ecumênico Brasileiro In: História, Cultura e Poder.1 ed. Feira de Santana/BA : UEFS Editora e EDUFBA, 2. 83-103.

Santana, Ediane Lopes de. Campanha de desestabilização de Jango: as ‘donas’ saem às ruas! In Zachariadhes Grimaldo Carneiro (org);Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes – Salvador: EDUFBA, 2009. V. P. 13-29.

Silva, Elizete da. Protestantes e o governo militar: convergências e divergências. Zachariadhes Grimaldo Carneiro (org);Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes – Salvador: EDUFBA, 2009. V. P. 31-51.

Silva, Elizete da. Protestantismo ecumênico e realidade brasileira: Evangélicos Progressistas em Feira de Santana. Feira de Santana: Editora da UEFS, 2010. 232p.

Zachariadhes Grimaldo Carneiro(org);Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes/ Grimaldo Carneiro Alex de Souza Ivo... et al. – Salvador: EDUFBA, 2009. V.1, 286 p.

Notas

¹ Trabalho apresentado no XIII Simpósio da ABHR, 29/05 – 01/06 de 2011, São Luís (MA), GT 20 - Protestantismo, política e ecumenismo.

² Licenciado em História pela Universidade Federal da Bahia.

³ Agemir de Carvalho Dias. O ECUMENISMO : Uma ótica protestante. Professor da FEPAR. Este texto foi apresentado no I Simpósio Internacional de Religião, Religiosidades e Cultura, promovido pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

⁴ Manifesto da Mocidade. Documentação da Igreja Batista Nazareth – IBN.

⁵ Carta do diácono Adlair de F. Pacheco à Igreja Batista Dois de Julho em resposta ao Manifesto da Mocidade. Salvador, 16 de outubro de 1974. Documentação da IBN.

⁶ Carta de Miriam Guerra Pinillos ao Pastor Djalma Torres. Salvador, 11 de outubro de 1974. Documentação IBN

⁷ Carta de Paulo Rosa Torres ao Pastor Djalma Torres. Salvador, 12 de outubro de 1974. Documentação IBN

⁸ Carta convite para a cerimônia de organização da Igreja Batista Nazareth. Documentação IBN

⁹ Bíblia Sagrada. Traduzida em português por João Ferreira de Almeida. Revista e Atualizada no Brasil. 2 ed. Barueri (SP): Sociedade Bíblica do Brasil, 1993. 1472 p.

¹⁰ Historia de Nazareth, uma primeira aproximação. Documento IBN

¹¹ Historia de Nazareth, uma primeira aproximação. Documento IBN

¹² História de Nazareth, uma primeira aproximação. Documento da IBN

¹³ Filosofia da Igreja Nazareth. Documento IBN

¹⁴ Jornal A Tarde, terça-feira, 26 de julho de 1988. Salvador.

¹⁵ Boletim Dominical, 23 de novembro de 1980. Documento IBN

¹⁶ Filosofia da Igreja Batista Nazareth. Documentação IBN

¹⁷ Historia de Nazareth, uma primeira aproximação. Documento IBN

¹⁸ Evolução histórica dos institutos da separação e do divórcio no direito brasileiro e a Emenda Constitucional n.º 66/2010.

¹⁹ Pronunciamento da Igreja Batista Nazareth sobre o divórcio, 09 de abril de 1975. Documento IBN.

²⁰ Pronunciamento da Igreja Batista Nazareth sobre o divórcio, 09 de abril de 1975. Documento IBN.

²¹ Boletim Dominical, 09 de março de 1975. Documentação IBN

²² Boletim Dominical, 11 de Janeiro de 1981 – Uma Igreja participante. Documentação IBN

²³ Carta da Junta Geral da Convenção Batista Baiana à Igreja Batista Nazareth. Documentação IBN

-
- ²⁴ Carta à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. 24 de Novembro de 1980. Documentação IBN.
- ²⁵ Carta à conferência nacional dos Bispos do Brasil.
- ²⁶ Carta ao Presidente da convenção Batista baiana. Documentação IBN.
- ²⁷ Jornal A Tarde, quarta-feira, 26 de novembro de 1980.
- ²⁸ Seleção Música e Liturgia. Igreja Batista Nazareth. Edição 2007, Apresentação p. 1. Coletânea organizada em comemoração aos 30 anos da Igreja Batista Nazareth.
- ²⁹ Seleção Música e Liturgia. Igreja Batista Nazareth. Edição 2007,
- ³⁰ História de Nazareth, uma primeira aproximação. Documentação da IBN.
- ³¹ Seleção Música e Liturgia. Igreja Batista Nazareth, 2007. Números dos hinos de acordo com a ordem citada: 177; 147; 60.
- ³² Seleção Musica e Liturgia. Igreja Batista Nazareth. Edição 2007. P.14. Hino: 037 – Baião das Comunidades. Zé Vicente e Jacy Maraschin.
- ³³ Seleção Musica e Liturgia. Igreja Batista Nazareth, 2007. P.18. Hino 051 – Canção da Caminhada
- ³⁴ Seleção Música e Liturgia. Igreja Batista Nazareth, 2007. P. 34. Hino 105 – Eu só peço a Deus.